

A EDUCAÇÃO EM FAVOR DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

EDUCATION IN FAVOR OF EMANCIPATION OF BLACK WOMEN

Lara Miguel Batista¹, Juliana Aparecida de Oliveira Pereira Ferreira¹, Virginia Mara Próspero da Cunha¹, Juliana Marcondes Bussolotti¹

ORCID IDS

Batista LM - <https://orcid.org/0000-0003-0638-1492>

Ferreira JAOP - <https://orcid.org/0000-0003-0796-2934>

Cunha VMP - <https://orcid.org/0000-0002-1919-5480>

Bussolotti JM - <https://orcid.org/0000-0002-8560-0974>

Resumo

Este artigo pretende apresentar reflexões sobre o processo de emancipação para as mulheres negras. De cunho bibliográfico, traz em seu bojo as relações entre direitos humanos, educação, gênero, raça e classe em nossa sociedade estruturada pelas hierarquias sociais. Evidencia-se que é imprescindível a educação para reivindicação por direitos. A educação, assim, mostra-se um instrumento poderoso para liberdade, possibilitando acesso ao conhecimento. Objetivava-se aprofundar teoricamente estas reflexões sobre a aquisição do direito à educação ao longo do desenvolvimento da humanidade para as mulheres negras e a importância das políticas de ações afirmativas para materializar os objetivos constitucionais e da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Visa-se promover um repensar reflexivo sobre a situação das mulheres negras, e as chances de aumentar as oportunidades sociais e serem reconhecidas como sujeitos produtores de conhecimento.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Mulheres Negras. Inclusão.

Abstract

This article intends to present reflections on the emancipation process for black women. Bibliographic in nature, it brings together the relations between human rights, education, gender, race and class in our society structured by social hierarchies. It is evident that education claiming rights is essential. Education, therefore, proves to be a powerful instrument for freedom, enabling access to knowledge. The aim is to theoretically deepen these reflections on the acquisition of the right to education throughout the development of humanity for black women and the importance of affirmative policies actions to materialize the constitutional objectives and the 2030 Agenda of the United Nations. The aim is to promote a reflective rethink about the situation of black women, and the chances of increasing social opportunities and being recognized as subjects that produce knowledge.

Keywords: Human Rights. Black Women. Inclusion.

¹ Universidade de Taubaté - UNITAU

Correspondência: laramiguel.b@gmail.com

Recebido em 30 de Setembro de 2020; Aceito em 16 de Novembro de 2020.

INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se no trabalho de pesquisadores que estão na trajetória para construção de suas identidades profissionais, com viés político, trazendo suas histórias para a pesquisa, por meio de um procedimento teórico-metodológico, saindo do senso comum e aprofundando o debate, não perdendo de vista suas identidades socioculturais. Este trabalho pretende provocar reflexões sobre os direitos humanos, educação, gênero, raça e classe em nossa sociedade.

Curry (2002) nos aponta que os países colonizados e que, tradicionalmente, acompanharam o período escravista, sofreram grandes efeitos socioculturais, e a obtenção do direito à educação ocorreu de forma tardia, acumulando incontáveis desigualdades sociais. Em razão de a sociedade ser sedimentada por hierarquias, a educação era destinada apenas para aqueles que pertenciam às elites, enquanto os demais, pertencentes a grupos minorizados, o direito à educação não era visto como uma necessidade social e significativa.

Segundo Davis (2016, p.108), um dos líderes do movimento pela emancipação da população negra, Frederick Douglas, mesmo quando escravizado já havia compreendido que “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”. Em vista disso, a população negra estadunidense, recém liberta, planejou conjuntamente que a educação seria sua maior prioridade, contrariando a ideologia dominante da época que colocava a população negra como subalterna e incapaz de progredir no campo intelectual, pois haviam sido escravizados e essa condição já os colocava naturalmente como inferiores.

Ainda em sua obra ‘Mulheres, raça e classe’, Angela Davis (2016) aponta que as mulheres negras tiveram um papel fundamental à frente do movimento que lutou por educação nos Estados Unidos. Expõe-se a história da ex-escrava Lucy Terry Prince, que mesmo após a recusa de uma escola só para homens em aceitar seu filho, por questões raciais, lutou para que ele, jovem negro, pudesse estudar e levou o caso à Suprema Corte dos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, 1793, uma outra ex-escrava abriu uma escola em Nova York, nomeada “Escola Katy Ferguson para

Pobres”, que atendia tanto a população negra quanto a população branca que não possuía recursos.

Nota-se que a busca pelo acesso à educação e aos conhecimentos pela população negra sempre foi constante. Entretanto, as condições nas quais os negros são colocados em nossa sociedade, impedem que essa população tenha acesso à educação e a outros direitos humanos. Gonzales (1984) evidencia essa perspectiva ao narrar que a população negra, sobretudo as mulheres negras, permanece nas prestações de serviços de base, como trabalhos domésticos, e são responsáveis por sustentar suas famílias, uma vez que a população masculina negra sofre com a perseguição sistemática da polícia.

Batista e Mastrodi (2019, p. 871), corroboram com esse pensamento, ao apontarem que, o Brasil “continua reproduzindo a ideia de que existe um ‘lugar natural’ para a mulher negra, e que este seria a ocupação de favelas e periferias, empregos com baixa qualificação, por fim, à margem de qualquer estrutura social mínima prevista pelos diplomas normativos”.

Em concordância com os autores Batista e Mastrodi (2019), esta realidade de opressão ainda se faz presente, sobretudo para mulheres negras, que ainda possuem na sociedade um lugar dito como seu, lugar esse de subalternidade, majoritariamente no âmbito doméstico.

Conforme aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), no seu estudo sobre as desigualdades do Brasil - um retrato sobre gênero e raça, indica a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras, e que faz com que estas, vítimas do racismo e do sexismo, encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua consequente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no estudo de estatística de gênero, embora as mulheres avancem nos estudos mais que os homens, quando

se faz um recorte de raça fica evidente a desigualdade entre as mulheres brancas e negras. O percentual de mulheres brancas que completam o ensino superior é 23,5% maior do que de mulheres negras, cujo percentual é de 10,4%. No ensino médio, o número de evasão escolar é maior entre jovens negros e quando faz-se o recorte de gênero, as jovens mulheres negras chegam a 33% na taxa de abandono, pois precisam auxiliar nas tarefas do lar em suas casas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2015, uma agenda com estratégias de ações para as pessoas, para o planeta e para prosperidade, reconhecendo que a erradicação da pobreza é o maior desafio global e que visa garantir que os seres humanos consigam exercer seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente sadio. Nessa Agenda 2030, constam os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são 17 objetivos para transformar o mundo. Especificamente, os ODS de número quatro e cinco, visam assegurar uma educação inclusiva de qualidade e alcançar igualdade de gênero, buscando empoderar todas as mulheres e meninas.

Berth (2020) evidencia questões ligadas ao empoderamento partindo da premissa que para “dar poder” a um determinado grupo, no caso específico desse trabalho, as mulheres negras é necessário refletir sobre a trajetória que moldou as bases sociopolíticas e romper com o paradigma que está colocado, compreendendo que essa é a construção que normaliza as opressões a determinados grupos de maneira histórica. Em vista disso, não se trata de tirar poder de um grupo dominante e dar a grupos minoritários, como no conhecido filme Robin Hood, mas sim, de ações que visem enfrentar as opressões, mitigando as injustiças presentes na sociedade.

Freire (1987), em sua obra “A Pedagogia do Oprimido”, ressalta pontos associados à transformação real da sociedade através de uma conduta radical e crítica, pensando em maneiras de libertar grupos oprimidos. O autor afirma que:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder tranfor-

má-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro do povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente o dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar. (FREIRE, 1987, p.16).

Pode-se ver que, historicamente, as mulheres negras possuem um papel fundamental dentro do movimento negro, sendo grandes agentes para a busca do direito à educação como forma de emancipação para seu povo. Conforme enfatizou Silvio Almeida (2020, n.p), em sua entrevista ao programa Roda Viva: “As mulheres negras hoje lideram o Movimento Negro (...) É impossível pensar a dimensão da luta antirracista se não houver também uma luta pela igualdade de gênero, isso é fundamental”.

Em vista disso, é fundamental entender que as mulheres negras, sendo a base da pirâmide social, estão diante de uma realidade desumana e precisam enfrentar, cotidianamente, o racismo, o sexismo e a pobreza presentes em nossa sociedade, no caminho para sua emancipação.

A emancipação das mulheres negras através do conhecimento

O Estado brasileiro apresenta-se como Democrático de Direito porém, segundo Batista (2020, n.p) “sua essência é de uma organização violenta que não garante às minorias negras a mesma cidadania concedida aos homens brancos”. Embora todas as mulheres sofram com ideais patriarcalistas, as mulheres negras enfrentam também o racismo, que as coloca em âmbitos privados, sendo sempre invisibilizadas.

A situação da mulher negra no Brasil atual manifesta os resquícios do longo período de escravidão e as singelas mudanças estruturais, pois ela ainda se encontra buscando galgar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema estruturalmente racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e são poucas as que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente (SILVA, 2003).

Diante dessa perspectiva, o presente artigo busca apresentar que mulheres negras que ascenderam socialmente tiveram acesso à educação.

As mulheres da minha família (avós, mãe e tias) todas trabalharam como domésticas. Minha mãe, desde os 6 anos, trabalhava e morava no lugar. Com 07 anos ela trabalhou em uma casa com uma varanda de pedra em volta. Ela tinha que esfregar a varanda inteira com uma escova de mão (...) Minha mãe, atualmente é coordenadora de curso de especialidade médicas na minha cidade, fez curso técnico de enfermagem e é brilhante no que faz, e assim chegou onde chegou. (PRETA-RARA, 2019, p.52).

A partir da análise do excerto do livro “Eu, empregada doméstica – a senzala moderna é o quartinho da empregada” (PRETA-RARA, 2019), é possível observar que, ao longo de três gerações, as mulheres negras do relato desenvolveram um trabalho informal e ocuparam um subemprego, para o qual não havia legislação que garantia direitos, e que, após acessar um curso e se profissionalizar, a mãe passou a ter um emprego formal e se destacar na função que desempenha. Quando as mulheres negras conseguem

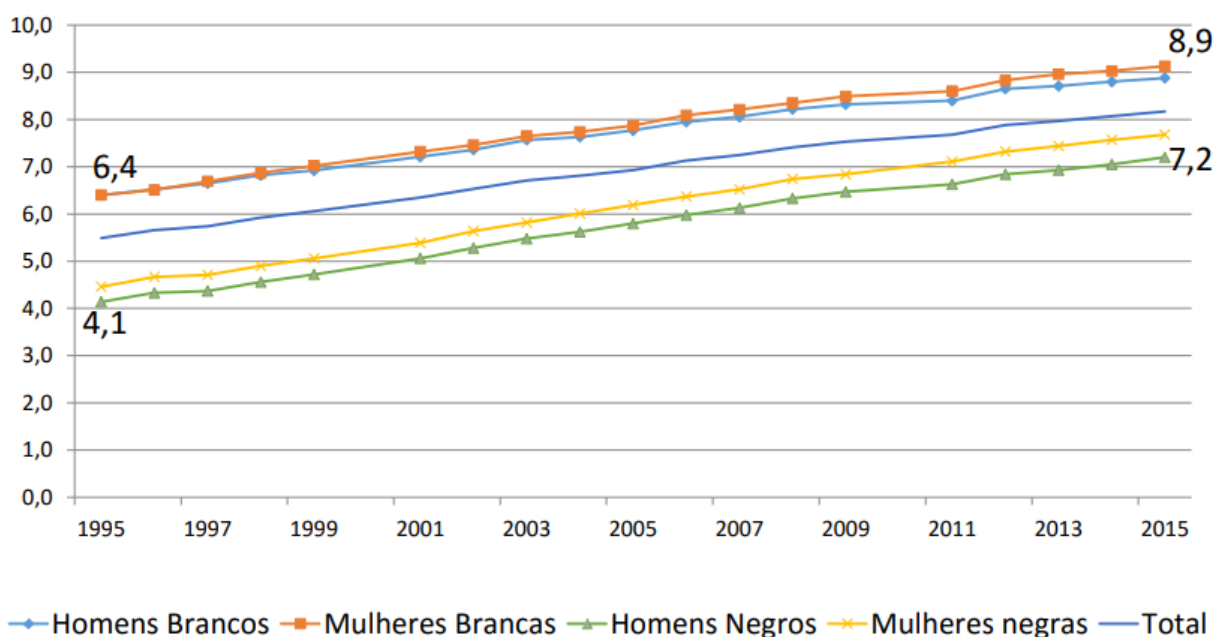
investir em educação, percebe-se que uma barreira social é rompida.

Na busca pela emancipação, é importante ressaltar que as mulheres negras ainda são reconhecidas e referenciadas por estereótipos que tiveram origem na colonização e que obedecem a um padrão representado pelo corpo, quando não sexualizado, condicionado às práticas de servidão. A articulação entre o racismo e o sexismo produziu uma imagem negativa destas mulheres, imputando-lhes atribuições nas quais, de modo geral, foram enquadradas, a saber: a mulata, a doméstica ou a mãe preta (GONZALES, 1984). Contudo, atitudes de resistência e sobrevivência vêm permeando a história das mulheres negras no Brasil, principalmente na educação, em que há avanço significativo com as ações afirmativas e maior acesso, mesmo que, em comparação aos brancos, a desigualdade permaneça.

Conforme apresentado no gráfico abaixo, a curva da média de anos de estudo das mulheres negras, identificada pela cor amarela, indica aparentemente uma ascendência significativa.

Gráfico 1 - Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil, 1995 a 2015

Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC (2015)

Porém sob a óptica de uma reflexão mais profunda e crítica, percebe-se que quando se compara os dados, a população negra cresceu 56,9% enquanto a população branca teve um acréscimo de 71,9%. Confirmam-se, assim, todas as pesquisas que apontam a população negra, especificamente, as mulheres negras, nas piores posições dos indicadores sociais.

Preta Rara (2018, p.29) afirma que “(...) tudo que aconteceu comigo não foi meritocracia (...) tudo é resultado de muita disposição para chacoalhar as estruturas da família brasileira elitista branca que ama um ranço colonialista racista”. Nesse sentido, é evidente que a educação é o caminho para empoderar e emancipar as mulheres negras - um empoderamento significativo e profundo, como aponta Ribeiro (2018):

Empoderamento implica uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade na qual se encontra. É uma nova concepção de poder que produz resultados democráticos e coletivos. É promover uma mudança numa sociedade dominada pelos homens e fornecer outras possibilidades de existência e comunidade. É enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais entre gêneros e lutar por um olhar que vise a igualdade e o confronto com os privilégios que essas relações destinam aos homens. É a busca pelo direito à autonomia por suas escolhas, por seu corpo, por sua sexualidade. (RIBEIRO, 2018, p. 136).

Confome apontado por Ribeiro (2018), uma ideia de poder que gera resultados de igualdade e de coletividade é o caminho a ser trilhado por todos os espaços sociais para que cada vez mais se aproxime de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

Nessa perspectiva, é necessário que no coletivo exista a busca para que a mulher negra se ame na totalidade e entenda que “Amar a negritude” é o ato de descolonizar e romper com pensamento hegemônico branco que insinua que negros e negras são inferiores, inadequados, marcados pela vitimização (HOOKS, 2019).

A educação é o caminho para que os negros, especialmente as mulheres negras, possam interiorizar

para si, o amor pela cor de pele, pela cultura; pelos traços e modos únicos. Pode-se dizer que é um “pensar negro” entender que a negritude e a sua epistemologia são essenciais, e que o pensamento negro tem que estar dentro de todos os espaços sociais (HOOKS, 2019).

Para a emancipação da mulher negra, a educação tem um papel fundamental – potencializar reflexões, abrir espaços de protagonismo e principalmente educar e reeducar as relações de troca e aprendizagem. Assim, Gomes (2018, p.15), em seu livro “O Movimento negro educador”, apresenta a tensão dialética entre regulação-emancipação. Por um lado, indica a perversa faceta dos “setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas”, que se organizam nas relações sociais e de poder gerando ainda mais desigualdades, discriminações, racismo e opressão patriarcal. Por outro lado, a autora apresenta:

[...] trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. (GOMES, 2018, p.15).

Portanto, a educação é a ponte de emancipação da mulher negra, é a ponte para que se possa construir conhecimentos que contemplem a cultura afro-brasileira, que representem o povo negro e sejam potências de representatividade.

Sueli Carneiro, em entrevista à Revista Cult em 2017, explanou a materialidade da mulher negra como base da sociedade e o pioneirismo na luta por liberdade e conquista de direitos fundamentais.

Nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país; nós, povo negro, somos a vanguarda das lutas sociais deste país porque somos os que sempre ficamos para trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social. Doravante, nada mais será possível sem nós. (CARNEIRO, 2017, n.p.).

A intelectual Patricia Hill Collins (2019), em sua obra “Pensamento Feminista Negro”, aponta que as

mulheres negras possuem grande poder para produção intelectual dentro do mundo acadêmico, porém toda a estigma que sua presença carrega, pode em alguns casos causar frustrações ou instigar sua criatividade.

Diante desse reconhecimento de como as bases da construção da sociedade se encontram na mulher negra, é necessário evidenciar que o racismo e a discriminação produzem desabonos no acesso à educação, nas possibilidades de ingressar e concluir os ciclos obrigatórios de escolaridade e de acesso à educação básica, bem como de ver reconhecida a diversidade das contribuições dos diferentes grupos étnicos e raciais e suas culturas no patrimônio da humanidade e valorizá-las. Ao reconhecer essa problemática na sociedade brasileira, há inúmeras ações feitas pelas organizações negras e outras instituições da sociedade civil empenhadas na superação do racismo e das desigualdades raciais presentes no âmbito da educação, como o Instituto Geledés - uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral.

Benedita da Silva (2018, p.1), ex-trabalhadora doméstica e atualmente deputada federal, no prefácio do livro de Preta Rara, citado anteriormente, aponta que “os duros e necessários relatos do livro, além de remeterem à cultura do Brasil Colônia, são a realidade da maioria das 8 milhões de trabalhadoras em nosso país, sendo 62% mulheres negras”. Mesmo diante de dados alarmantes, Benedita da Silva (2018) reafirma que “mesmo com todas as dificuldades estamos avançando significativamente e, com isso, dando continuidade à luta da saudosa Laudelina de Campos Melo na luta das trabalhadoras domésticas.”

Hoje posso dizer que na minha família eu fui a última mulher preta a ser empregada doméstica, e que fico muito feliz em saber que minhas irmãs e primas não passarão pelo o que eu, minha vó, mãe e tias passaram. (...) mais de quatro mil relatos que recebi revelam que as trabalhadoras domésticas nunca desejaram ser domésticas, mas por falta de opção, acabaram honrando essa profissão e desempenhando um ótimo trabalho, que quase sempre não é reconhecido. (PRETA-RARA, 2019, p.30).

A educação é a ferramenta que emancipa, liberta e empodera a mulher negra, mediante tantas amarras coloniais. Conforme evidencia Freire (1987), somente na medida em que as mulheres se perceberem “hospedeiras” de toda forma de opressão poderão contribuir para uma vida de liberdade e humanização.

A invasão cultural, que serve à conquista e a manutenção da opressão, implica sempre a visão focal da realidade, a percepção desta como estática, a superposição de uma visão do mundo na outra. A “superioridade” do invasor. A “inferioridade” do invadido. A imposição de critérios. A posse do invadido. O medo de perdê-lo. A invasão cultural implica ainda, por tudo isso, que o ponto de decisão da ação dos invadidos está fora deles e nos dominadores invasores. E, enquanto a decisão não está em quem deve decidir, mas fora dele, este apenas tem a ilusão de que decidiu. (FREIRE, 1987, p. 158).

Os espaços sociais que devem ser ocupados pelas mulheres negras, em seus escritos, em suas artes e em suas essências são muito relevantes para a quebra das opressões, conforme aponta Ribeiro (2018, p.136) “cada mulher pode criar em seu espaço de atuação formas de empoderar outras (...) Se for professora, a mulher pode estar atenta aos xingamentos e promover discussões que promovam reflexões sobre as mulheres.”

CONCLUSÃO

De acordo com Ribeiro (2018), o feminismo negro sustenta um arcabouço teórico e crítico, não apenas sobre suas vivências, mas também sobre pautas diversas, como pensar em um novo modelo de sociedade.

Quando se fala na emancipação por meio do conhecimento, sobretudo para mulheres negras, as políticas de cotas sociais e raciais, em espaços de produção de conhecimento, como a universidade, de acordo com Batista (2020), tiveram grande relevância desde sua implementação, porque visam garantir respectivamente, oportunidades para aqueles com condições financeiras desfavoráveis, e que vieram de escolas públicas, e também para que pessoas negras e indígenas tenham acesso a espaços majoritariamente compostos por pessoas brancas.

Ribeiro (2018, p.73) salienta que não houve um planejamento de inclusão para a população negra depois da abolição. Essa população ficou à margem, indo das senzalas para a favela, e se hoje a maior parte da população é negra e pobre, é por conta desse passado perverso e cruel, sendo “necessário conhecer a história deste país para entender porque certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias”.

Apoiar políticas educacionais afirmativas é um instrumento poderoso, pois estas possuem um potencial transformador e isso é fundamental para combater o racismo. Porque é justamente o racismo estrutural que viabiliza o acesso de grupos elitizados em espaços privilegiados, como universidades públicas e nos concursos públicos (RIBEIRO, 2019).

Davis (2017, p.17), enfatiza que ao refletir-se sobre o processo histórico de empoderamento das mulheres negras, elas sempre conduziram suas lutas com viés político firme e com pautas progressistas, tendo como lema “Erguendo-nos enquanto subimos”.

Portanto, observa-se que a educação é um pilar para provocar mudanças em nossa sociedade. O movimento das mulheres negras, segue na luta para que o direito à educação seja materializado como um caminho para emancipação de seu povo, com o objetivo de que todos subam e cresçam. Deve-se, de maneira crítica, questionar as estruturas que construíram as hierarquias sociais e econômicas, e reivindicar os direitos humanos para todos, pautando-se em uma educação justa e emancipatória para gerações presentes e futuras, ambicionando-se na transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, W.M. O meu lugar é onde eu quiser estar. **Portal disparada**. Disponível em: <<https://portal-disparada.com.br/cultura-e-ideologia/o-meu-lugar-onde-quiser-estar>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BATISTA, W.M. Sobre a política de cotas no Brasil. **Portal disparada**. Disponível em: <<https://portal-disparada.com.br/politica-e-poder/sobre-a-politica-de-cotas-brasil/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CROSARA, D. de M., & Silva, L. B. e. (2018). A Constituição Federal de 1988: os caminhos das políticas de democratização do acesso e permanência na educação superior como direito fundamental. **Revista Educação E Políticas Em Debate**, 7(2). <<https://doi.org/10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n2a2018-07>>

CURRY, C. R. J. Direito à educação; direito à igualdade; direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, jpu.l h2o4/52-20602, julho/ 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, TJ: Vozes, 2017.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. Editora Elefante, 2019

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.

MASTRODI, J; BATISTA, W.M. O dever das cidades includentes em favor das mulheres negras. **Revista de Direito da Cidade**, vol.10, n.3, 2018, p.862-886. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31664>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PRETA – RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 20 anos. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf>. Acesso em 19 set. 2020.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Roda Viva, Racismo Estrutural, convidado Silvio Almeida. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0lw>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, M. N. da. A Mulher Negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, nº 22. Março de 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SANTANA, B. **Sobrevivente, testemunha e porta-voz**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>>. Acesso em 19 set. 2020.